

## ESPELHOS NEGROS: CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA EM “OS DONOS DAS TERRAS E DAS ÁGUAS DO MAR”

Rúben de Jesus Reis SILVA (Universidade Federal do Piauí)

**RESUMO:** a história do Brasil foi marcada por uma política identitária que se orientou – a princípio, de forma declarada e violenta e, posteriormente, de forma mais dissimulada – pela consagração de elementos culturais europeus e pela inferiorização total dos africanos. A escravidão negra foi a maior consequência e ao mesmo tempo uma das origens dessa política. Só após a Constituição Federal de 1988, o Brasil vem promovendo políticas nacionais efetivas com vistas à valorização da cultura e da população negra do país. Isso em vista, o presente trabalho analisa o conto *Os donos das Terras e das Águas do Mar*, de Célia Aparecida Pereira, sob a perspectiva da construção identitária, fundamentando-se na crítica pós-colonial e nos conceitos de identidade e poder simbólico. Reflete-se sobre a construção da identidade negra presente na obra.

**PALAVRAS-CHAVES:** Literatura negra. Poder simbólico. Identidade.

### 1. Introdução

O presente estudo sustenta-se sobre duas noções indispensáveis. A primeira é a colonização, que está no início e na raiz da formação demográfica (portanto racial) brasileira, no início da própria história do Brasil, como se sabe. A outra é a noção de identidade, que se põe posteriormente e a partir da primeira, e que constitui nosso foco ao analisar o conto de Célia Pereira.

Podemos encontrar uma gênese histórica para nosso assunto – a construção identitária brasileira – na expansão colonial portuguesa do século XVI. Na história da Europa, as expansões coloniais são praticamente onipresentes. Destacam-se desde a Grécia antiga, cuja história consagrou episódios até hoje rememorados em prosa, verso, teatro e cinema, como é o caso de *Tróia* e *300*, obras cinematográficas presentes na memória da maioria de nós e que retratam episódios recentes da história grega<sup>1</sup>. Se lembrarmos o Estado Romano (sucessor da Grécia no controle do Mediterrâneo) e seu domínio sobre praticamente cada metro do território europeu, subjugando também grandes porções da África e Ásia, e sua dissolução ocasionada por invasões de tribos bárbaras; e se juntarmos a isso as constantes mudanças de fronteiras entre os Estados que se formavam sobre as ruínas da antiga Roma, perceberemos que a expansão colonial europeia dos séculos XV e XVI pode ser considerada mais uma repetição na rotina expansionista que se desenrolava havia aproximadamente cinco milênios naquele continente. É essa tradição expansionista que produz a colonização europeia do território que, séculos depois, daria lugar ao Estado Brasileiro e à formação econômica, social e cultural que o caracteriza hoje.

Em seus processos expansionistas, ao estabelecer o europeu contato com elementos culturais diferentes, ele, utilizando-se de sua situação material privilegiada, impunha seus valores culturais aos povos com quem se deparava, reclamando para seus traços culturais status de superioridade em relação aos valores desses outros povos. Assim, reproduzia seus privilégios no nível simbólico, construindo para si identidade privilegiada e, para os “outros”,

<sup>1</sup> Os episódios referidos nos filmes *Tróia* e *300*, que retratam respectivamente as Guerras Médicas e a Guerra de Tróia –, eventos do Período Arcaico (800 a 500 a.C) da história grega, podem ser considerados acontecimentos recentes em relação, por exemplo, ao marco inicial do “Período Minoano”. Trata-se de mais um evento de guerra e conquista: a invasão de Creta pelos Aqueus, por volta de 3400 a.C (GIORDANI, 1984, p. 46-7).

identidades inferiorizadas. Isso repetiu-se nas colônias europeias ao redor do mundo e não foi diferente na colonização portuguesa que se estabeleceu na América do Sul.

Segundo Lara (1988), a colonização portuguesa no Brasil apresentava duas categorias básicas de dominação: a “dominação colonial” e a “dominação senhorial” (LARA, 1988, p. 32). Enquanto a primeira se referia à relação entre os colonos e a Coroa e dava conta da organização política, a segunda dizia respeito à relação colono-escravo e constituía a base a partir da qual se estabeleciam a estrutura social da colônia. É essa relação colono-escravo que inaugura a coexistência entre negros e brancos no Brasil, isto é, traduz e ao mesmo tempo produz a organização identitária existente entre negros (identificados como escravos) e brancos (ocupantes da posição de colonos senhores).

## 2. A construção das identidades e os contextos sociais

Para compreendermos melhor esse contexto do ponto de vista das formações identitárias neles construídas, é necessário visitarmos o conceito de identidade. Atualmente, o termo *identidade* tem sido utilizado para conceituar fenômenos variados, podendo-se mesmo dizer que se trata de uma moda no campo das ciências sociais, o que dificulta seu emprego sistemático e objetivo. Poderíamos, para os fins deste trabalho, defini-lo como *um conjunto de traços tomados para diferenciar indivíduos entre si ou para diferenciar grupos entre si*. Assim, como um conjunto de características distintivas, a identidade pode ser coletiva, quando define um grupo em relação a outro, ou individual, quando distingue indivíduos (DEVEREUX, apud CUCHE, 2002). Aqui, nos prendemos a uma noção coletiva de identidade, a “identidade cultural”, uma noção que, segundo Cuche (2002), surgiu nos Estados Unidos, na década de 50, ao se buscar um instrumento para analisar “problemas de integração de imigrantes” (CUCHE, 2002, p. 176). Esse fato é revelador de um aspecto importante do conceito de identidade. Trata-se de um conceito ligado à oposição entre grupos portadores de traços culturais considerados opostos em dado momento. A *diferença* é que faz surgir a demanda por *identidade*; e é o encontro entre grupos diferentes que possibilita a utilização de traços que caracterizam alguns indivíduos e não outros, criando uma relação de inclusão/exclusão, que também compõe o universo da identidade.

Longe, porém, de ser compreendida como um fenômeno natural – trata-se exatamente do contrário –, a identidade é uma construção feita “no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes” (CUCHE, 2002, p. 182) e, assim, quem é (qual a identidade de) cada um desses agentes. Daqui, extraímos outro atributo importante do processo de construção identitária: é um jogo em duas forças construtoras; não há um agente e um objeto. A identidade se estabelece pela ação de todas as partes presentes.

Indivíduos e grupos também não são livres para escolher sua identidade. Essas identidades são definidas em processos globais regidos por forças sociais de todos os tipos (econômicas, religiosas, físicas etc.) que são as mesmas que regem a convivência entre indivíduos e grupos, em dada situação histórica. Essas forças sociais se organizam, produzindo centros de autoridade os quais representam um limite à liberdade de identificação. Essa autoridade para estabelecer identidades pode ser identificada com o que Bourdieu chama *poder simbólico*,

um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo a que Durkheim chama o conformismo lógico, quer dizer, — uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências (BOURDIEU, 1998, p. 8).

Por isso é indispensável ter-se bem claro um dado contexto, para que se possam analisar formações identitárias (que também são formações significativas ou formações simbólicas) determinadas por ele, já que trata-se de um poder que age na sociedade como um todo. O poder simbólico gera todo um mundo; estabelece o significado e o lugar de cada coisa e a posição de cada uma em relação às demais – e aqui incluem-se as pessoas<sup>2</sup>.

### 3. O contexto colonial brasileiro e a escravidão

O contexto social que inscreveu brancos e negros no Brasil colonial foi marcado por uma relação resumida pelo termo *escravidão*, durante quase quatro séculos. Porém o simples termo não é suficiente para dar uma ideia real dessa relação; não evoca mais os fenômenos sociais, econômicos e psicológicos (supostamente) representados ou definidos por esse conceito. É necessário, portanto, que rememoremos o conteúdo do termo: Entre senhor e escravo, nas sociedades escravistas latinoamericanas, não havia nada que se pudesse chamar igualdade. Os escravos – homens e mulheres africanos brutalmente sequestrados em suas terras, apanhados em emboscadas ou feridos por tiros disparados em invasões repentinas a vilarejos sitiados ou em perseguições na savana – eram trazidos acorrentados, caminhando muitas vezes centenas de quilômetros, embarcados em caixas úmidas e transportados por dias sem fim até os portos americanos, onde eram vendidos senhores. Sobre esses acontecimentos sombriamente corriqueiros até o século XIX, lemos que:

Alguns [africanos desses escravizados] eram levados até a costa em canoas, deitados no fundo dos barcos por dias sem fim, com as mãos acorrentadas, as faces expostas ao sol e à chuva tropical e com as costas na água, que nunca era retirada do fundo dos botes. Nos portos de escravos [...], dia e noite milhares de seres humanos eram apinhados em minúsculas galerias nos “depósitos de putrefação”, onde nenhum europeu conseguiria ficar por mais de quinze minutos sem desmaiar. Os africanos desmaiavam e se recuperavam ou, então, desmaiavam e morriam [...] Do lado de fora, no porto, esperando para esvaziar os “depósitos” assim que eles enchiam, ficava o capitão do navio negreiro com a consciência tão limpa que um deles, enquanto enriquecia o capitalismo britânico com os lucros de uma outra remessa, enriquecia também a religião britânica, ao compor o hino “Como soa doce o nome de Jesus” (JAMES, 2000, p. 22, grifos do autor).

---

<sup>2</sup> Desenvolvendo esse importante conceito, o autor afirma que “o poder simbólico é [...] esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe são sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1998, p. 7-8). É claro que, para termos uma visão realista, precisamos, no caso do contexto que inscreveu a escravidão negra dos séculos XVI a XIX na América, relativizar essa cumplicidade. Os africanos eram capturados, transportados e mantidos nas colônias, sob um poder bélico irresistível para suas capacidades técnicas e materiais. Quando tiveram oportunidades, tomaram as possessões de seus algozes e os expulsaram. É o que ocorreu no Haiti entre o final do século XVIII e os primeiros anos do XIX (Cf. James, 2000).

Referindo-se ao escravismo brasileiro, Vicentino (1997, p. 106) afirma que, os negros, “considerados simples mercadorias, formavam a base econômica dessa sociedade bipolarizada”. Uma vez coisificados, mulheres e homens negros experimentavam uma existência completamente diversa daquela vivida pela população branca. Durante os séculos de escravidão declarada, se desenhava um quadro de opressão dificilmente imaginado com a simples leitura da palavra “escravo” e de seus derivados. Segundo James (2000), para fazer girar a máquina colonial, aglomerados de homens e mulheres negras iniciavam penosos trabalhos nos canaviais, quando ainda era escura madrugada, e os abandonavam alta noite. Muitas vezes com refeição única, esses homens e mulheres eram movidos a torturas, para que a produção não parasse e a “ordem” fosse mantida.

O Dr. Mário Maestri, da Universidade de Passo Fundo - RS, faz uma reflexão importante a respeito dos estudos sobre a escravidão no Brasil:

Nos últimos anos, escreve-se abundantemente sobre a benignidade e o equilíbrio da escravidão brasileira [...] Propõe-se, igualmente, que as condições de vida e de trabalho dos cativos seriam, no mínimo, muito superiores às geralmente descritas. [...] Viveriam em família coesa, trabalhariam diligentemente, [...] interessar-se-iam na produção, que lhes garantiria mimos e recompensas. [...] Propõe-se que o castigo físico seria exceção e a resistência à escravidão, um acontecimento excepcional. [...] Assim, além mesmo da reabilitação, procede-se a verdadeira consagração do mundo escravista. (MAESTRI, 2006 p. 5-6)

A observação de certa forma indignada desse estudioso denuncia uma tendência, segundo ele, ainda presente nos estudos historiográficos brasileiros, de se maquiar ou idealizar a escravidão praticada aqui, e especialmente no Rio Grande do Sul, onde até pouco tempo, segundo ele, negava-se a existência significativa do regime escravista. Hoje sabe-se que tal regime ocorreu no Sul, com toda a importância e com toda a violência com que se desenvolveu noutras regiões do país.

Observando ainda o estudo já citado de James (2000) sobre a escravidão em nosso vizinho Haiti, uma sociedade em muitos aspectos gêmea da nossa, inclusive no produto de exportação, a cana-de-açúcar, temos uma amostra da violência utilizada pelos senhores para “administrar” os trabalhadores negros:

“Não havia engenhos que o medo ou uma imaginação depravada não pudesse conceber para romper o ânimo dos escravos e satisfazer a luxúria e o ressentimento de seus proprietários e guardiães: ferro nas mãos e nos pés; blocos de madeira que os escravos tinham de arrastar por onde quer que fossem; a máscara de lata, projetada para impedir que comessem a cana-de-açúcar, e o colar de ferro (...). O açoite era interrompido para esfregar um pedaço de madeira em brasas no traseiro da vítima (...). Seus senhores derramavam cera quente em suas mãos e ombros; despejavam o caldo fervente de cana nas suas cabeças; queimavam-nos vivos; assavam-nos em fogo brando”. (JAMES, 2000, p. 26-27)

Assim, como apontam os estudos atuais sobre o assunto, a relação entre negros e brancos nas sociedades coloniais era marcada pela violência ilimitada destes últimos sobre aqueles. Nessas condições, se determinam as identidades de ambos os grupos sob o quase absoluto domínio e autoritarismo do branco europeu cristão, pondo-se o negro como um

elemento componente da comunidade humana – mas contraditoriamente, como elemento não humano.

Nas palavras de Cuche (2002, p. 144-145), a “situação tensa” em que se desenvolveram as culturas negra e branca no Brasil era, em quase todos os momentos, marcada pelo triunfo dos traços culturais europeus sobre os africanos. Assim, os valores religiosos africanos eram desprezados como rituais estranhos, enquanto se desenvolvia um país predominantemente cristão; a música negra, tocada a base de tambores, era restrita aos ambientes inferiores da escravidão, ou aos assentamentos clandestinos denominados quilombos, enquanto instrumentos europeus, como o piano eram valorizados nos centros civilizados; as várias línguas faladas por grupos africanos diversos foram quase totalmente sepultadas em terras brasileiras, enquanto a língua portuguesa tornou-se a língua oficial do Brasil. Os valores negros não se consideravam valores; seu saber não se considerava saber; seu mundo não existia. O homem negro vivia num mundo ao qual não tinha direito; seus valores eram quase totalmente interditados e sua única opção foi o mundo europeizado, em que seu lugar era o lugar dos objetos, das, por assim dizer, ferramentas de trabalho.

Assim, o elemento negro, apesar da presença dominante no conjunto da população, sobretudo na economia, era posto fora dos lugares culturais valorizados da sociedade brasileira. No lugar dos heróis nacionais – Tiradentes, Dom Pedro, Marechal Deodoro – nenhum negro... Sintomático, o fato da evidente irrelevância que se dá ainda hoje a história de Zumbi, que, assim como Tiradentes, foi morto e esquartejado por autoridades coloniais (VICENTINO, 1997, p. 111), ambos em função de organizarem movimentos que defenderam a liberdade. O herói que lutou pela defesa dos negros, no entanto, perdeu seu lugar por identificar-se completamente com os valores e anseios inferiorizados dos negros, enquanto Tiradentes figura como um dos maiores heróis nacionais, no imaginário de todos nós.

Num país assim formado e onde se acena, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, com a intenção de eliminar o preconceito racial e de se estabelecer uma situação de igualdade entre todos os cidadãos<sup>3</sup>, inclusive entre os indivíduos das diferentes raças, o campo da literatura experimenta um fenômeno consideravelmente novo e, a nosso ver, positivo: São descobertas obras antigas e escritores produzem outras, voltadas para a exaltação de valores negros, resgatando tais valores e minimizando, mesmo que de forma ainda muito débil, as disparidades valorativas seculares que se construíram entre traços culturais negros e brancos, no Brasil. Tais obras buscam construir identidades negras positivas e não inferiorizadas, como as desenvolvidas aqui desde a colonização. Nesse sentido, destaca-se, entre outras, a obra recentemente descoberta de Maria Firmina dos Reis (OLIVEIRA, 2007) e a produção publicada nos Cadernos Negros, considerados passos de uma luta em defesa de questões “postas à margem dos projetos de nação” brasileira (FONSECA, 2007, p. 57-58).

---

<sup>3</sup> Já no Preâmbulo da Constituição brasileira de 1988 (que vigora atualmente), o legislador constituinte afirma estar estabelecendo os princípios de um “Estado Democrático, destinado a assegurar [...] a liberdade [...] a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. Na mesma Carta, sob o título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, o legislador escreve: Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2010, s. p).

#### 4 A história do menino negro

Na obra que analisaremos, *Os donos das Terras e das Águas do Mar*, de Célia Aparecida Pereira – parte da produção publicada nos Cadernos Negros –, pensaremos sobre como a autora constrói um discurso em que elementos culturais negros e visões particulares de fatos da nossa história constituem um conjunto tendente a construir uma identidade negra não inferiorizada.

Observando o conto que abordamos, é possível ver, desde o título, idéias que traduzem um mundo em que o negro é caracterizado pela dignidade e pelo protagonismo; em que nenhum elemento é superior a ele. Exatamente ao contrário do que ocorria na chegada do negro ao contexto brasileiro, as crianças negras que aparecem no conto são possuidoras e não posses; e são donos de todos os ambientes que compõem o território da nação brasileira: são donos das terras e do mar.

O texto se inicia narrando a noite de Tibério, o pequeno protagonista da história. Descreve poeticamente sua relação com a natureza e sua condição de menino órfão que mora na zona rural. O nome do protagonista, o mesmo de um imperador romano, também lembra o de Tibério Graco, um dos conhecidos “irmãos Graco”, consagrados na história antiga por ocupar o cargo de tribuno da plebe, no Império Romano, no segundo século antes de Cristo e por ter sido morto porque defendia as classes subalternas daquela sociedade – os plebeus.

O menino chamado de “anjo negrinho” (PEREIRA, 2007, p. 171) é descrito ao amanhecer do dia, como uma criança nobre, alegre e livre, porém pobre e órfão, que foi adotado pela noite e pelo Sol:

E quando o rei Sol, que é pai do menino, o vem despertar, o príncipe do sonho já se levantou. Correndo de encontro ao mundo, do mundo que é seu porque ele é Tibério, é senhor das terras, é dono do mar, é príncipe das selvas, é criança travessa [...] Cedinho cedinho corria ao curral para ver os bezerros mamarem. E subia nas árvores para roubar-lhes os frutos, nadava no rio e corria num embalo louco na estrada [...] Tibério é forte. Conhece os caminhos que vão para o mar. Conhece os animais, as árvores e os outros negrinhos que com ele vão para a mata brincar. (PEREIRA, 2007, p. 171)

Todas as referências a Tibério são permeadas de fantasias positivadoras. É corajoso, forte, ativo e tem a consciência de um rei, de um senhor das terras e dos mares. Evidente também é a dupla positivação da negritude do menino, observada no uso da expressão “anjo negrinho” pra se referir a ele: O diminutivo “negrinho”, que também tem a idéia de carinho e a aproximação com as divindades cristãs – os anjos –, que também ocorre em “na noite silêncio é um querubim” (PEREIRA, 2007, p. 171).

É relevante também observar a presença de elementos brancos no conto. Pedrinho e Rosinha são crianças brancas filhas de Dona Rosa do Prado, descrita como patroa de Preta Babaça. Porém, em nenhum momento são apresentadas idéias de superioridade dessas personagens brancas. Eles nunca protagonizam a ação narrada, que se concentra totalmente em Tibério e em Preta Babaça. Há mesmo uma característica do personagem branco Pedrinho, mencionada duas vezes, que pode ser considerada indesejável. Não há uma descrição clara do que seja, mas deixa-se explícito que se trata de algo que torna Pedrinho digno de piedade: “Pedrinho, ‘tadinho, era todo magrinho de pele fininha” (PEREIRA, 2007, p. 171).



A organização mais crítica do mundo criado no conto é feita com base principalmente em Preta Babaça, madrinha de Tibério e contadora de histórias para seu grupo de amiguinhos, entre os quais estão as duas crianças brancas. É a partir das narrativas de Preta Babaça que se expõe a história de como os negros chegaram ao Brasil. É também em grande medida a partir dela que se constrói a identidade negra na obra. Ao interromper a história da valentia “do Negro Alao” (PEREIRA, 2007, p. 172) no tempo da escravidão, a contadora de histórias, a pretexto de explicar o que eram os navios negreiros, passa a narrar a forma como os negros foram trazidos para o Brasil, emocionando sua pequena audiência:

Ela conta que foram as embarcações que levaram os negros de sua terra a outros lugares e que trouxeram os antepassados dela e de todos os outros negros para cá e para lugares que ela mesma não conhecia. E conta todas as desgraças dos homens, mulheres, velhos e crianças, que foram atirados no mar para servirem de alimento pros peixes. (PEREIRA, 2007, p. 172)

Esta passagem, carregada de sentido histórico e moral, por retratar um dos inúmeros momentos de extrema crueldade a que pessoas negras eram submetidas na escravidão, se faz seguir de uma afirmação da mudança observada em se comparar o mundo dos navios negreiros e o mundo atual, o mundo de Tibério. Na sequência do texto reproduzido anteriormente, Tibério fala para Anita, uma coleguinha negra: “nós somos os donos das terras e somos também os donos do mar. Porque existem negros espalhados em todas as terras e há aqueles que foram morar no fundo do mar” (PEREIRA, 2007, p. 173). Podemos dizer que o garoto, nessa afirmação, chegou ao ponto desejado por Preta Babaça, uma espécie de representação da autora, no universo ficcional do conto.

Ao falar de religião, os elementos típicos dos povos africanos são postos em local de equivalência com os elementos cristãos; as “rezas profundas”, no entanto, são as rezas africanas ensinadas por Preta Babaça:

As outras crianças [...] vinham ouvir a madrinha contar histórias, com a permissão de *Dona Rosa do Prado, senhora tão devota com seus santos quanto a Preta Babaça com seus orixás*. [...] A Preta Babaça [...] é quem lhe ensina as coisas de longe do mar e de longe do céu. Ela lhe ensinou a rezar. Mas não é como as rezas de Dona Rosa do Prado e do padre Vigário [...]. É reza profunda, é reza de fimbo. É reza que só o menino e a Preta Babaça sabem rezar. É canto que leva Tibério até as terras que estão distantes do mar. (PEREIRA, 2007, p. 172, grifos nossos).

Interessante é notar nesse trecho (na parte que grifamos) que, na comparação entre o comportamento religioso da negra e o da “dona da casa”, que é cristã, não é o comportamento cristão que serve como referencial de comparação. O referencial de comparação é o comportamento de Preta Babaça, devota “de seus orixás”. Deixa-se clara aqui a total emancipação da religião negra, que já não necessita ser legitimada pela comparação com o branco cristianismo. Ao contrário, se alguma religião estivesse em posição de, pela via da comparação, oferecer legitimidade a outra, esta seria a religião de Preta Babaça e de seus orixás.

Por fim, notamos a presença de elementos linguísticos de origem africana, utilizados para traduzir realidades culturais daquele continente. Rompe-se o domínio da língua portuguesa, elevada à condição de Língua Nacional única. E apresentam-se vocábulos pertencentes a línguas negras, com seus significados, traduções de realidades próximas,

análogas, mas singulares em relação àquelas conhecidas no universo linguístico cristão português: “A preta disse que o mar é *calunga*, que o amor é *luzolo*, que as danças são sagradas como candomblé, que a terra é *odara*, que a alma é fimbo e que Deus, Deus é *Olorum*” (PEREIRA, 2007, p. 172, grifos da autora).

## 5. Sem conclusão

Em seu início e em seu fim, mais que uma narrativa identitária – a identidade é só um meio –, *Os donos das Terras e das Águas do Mar* é um discurso em louvor e em defesa do igualitarismo e da liberdade. Na abertura, um anoitecer na mata, o sonho é não só um símbolo da liberdade criativa da imaginação: o sonho tem o condão de levar o menino às terras distantes, às eras anteriores ao cativeiro de seus antepassados, a terra de Preta Babaça. A idéia de liberdade é reforçada pela figura dos “pássaros, que habitam a estrada e cantam pra ele canção de ninar” (PEREIRA, 2007, p. 171). Essa preocupação acompanha a obra pelas travessuras do pequeno Tibério e manifesta-se ao final do conto, na preocupação coletiva do menino. Ele gostaria de morar no mar com os negros que, atirados dos navios negreiros, fizeram de lá sua morada. Desiste da idéia. Sua preocupação é “cuidar de Anita, de Jacinto, Januário, Ana e das outras crianças, para que elas possam ser livres, como querem ser os pássaros e como são os negros do fundo do mar” (PEREIRA, 2007, p. 174). Mas é pela construção de uma identidade emancipada e digna que a autora reivindica o direito de ser digno e livre também para os negros. As divindades negras não são inferiores, suas línguas não são inferiores, os indivíduos negros são valentes, fortes, corajosos, as crianças negras são saudáveis e inteligentes – tanto quanto as não negras. É pela legitimação dos valores culturais e pessoais negros que a autora reivindica o direito à liberdade – inclusive à liberdade de autoidentificação. Afinal, o que está em discussão são homens e suas relações, e seus sofrimentos, e suas identidades e diferenças; seus modos e condições de ser; seus valores. E valores humanos são iguais. Anita “chora pelos seres humanos que morreram no mar” (PEREIRA, 2007, p. 173). Os senhores os consideravam mercadoria estragada; prejuízo comercial. A garotinha chora porque, para ela, ao contrário do que acreditavam (e efetivamente faziam ser) as autoridades simbólicas brancas, eram pessoas negras que os escravistas atiravam ao mar, para escaparem do naufrágio por “excesso de carga”.

As imagens postas pelo conto são cheias de alegria, voluntarismo e travessuras infantis, mas também carregadas de dor, da dor iniciada no passado histórico e perpetuada aqui e noutras terras, também herdeiras da escravidão negra, ao longo dos séculos. O garoto Tibério pode ser compreendido como uma representação da condição da maioria dos negros em nosso país, que, em seu projeto de nação, marginalizou o elemento étnico afrodescendente (FONSECA, 2007, p. 57-58). Tibério é filho da noite. Foi adotado. A vida negou-lhe uma *Pátria mãe gentil*: É órfão. Mora próximo à casa de Dona Rosa do Prado, mulher tão devotada a seus santos quanto Preta Babaça a seus orixá. Mas a expressão máxima da solidariedade da religiosa é permitir que a empregada, Babaça, conte as histórias de seus antepassados aos meninos negros. Tibério dorme sozinho no meio da mata; não dorme na casa de Dona Rosa do Prado; ela não conta histórias, não aparece na vida do menino negro, que só lhe conhece as rezas, a casa e os filhos Pedrinho e Rosinha. O padre Vigário também é só uma menção: pela peculiaridade da forma ou mesmo pela ausência do conteúdo, suas rezas não têm poder, suas palavras não embalam o sonho do menino negro; sua religiosidade não afofa a esteira sobre a qual dorme o menino negro.



O conto de Célia Pereira é otimista, mas não ingênuo. Tibério vive num mundo duplo: Em suas fantasias, é rei da selva, das terras e do mar; visita as terras distantes de Preta Babaça; é livre. No mundo real, é uma criança sem brinquedos; não é alvo de maiores cuidados, não tem uma mãe, não tem a proteção de um lar, não tem liberdade, afinal; trai-se, desejando ir morar com os outros negros que estão no fundo do mar porque **eles** são livres (PEREIRA, 2007, p. 173).

Mas talvez uma das últimas mensagens do conto seja de esperança: o menino, de alguma forma, conclui que deve ficar para ajudar as outras crianças negras “para que elas possam ser livres como querem ser os pássaros e como são os negros do mar” (PEREIRA, 2007, p. 174). Isso implica que a liberdade pode ser defendida se meninos negros resolverem ficar pra lutar. Se esquecerem uma liberdade individualista e a buscarem coletivamente. Tibério tem consciência de sua identidade, identifica nas outras crianças negras, seus semelhantes e observa a necessidade de cuidar delas para que sejam verdadeiramente livres. Tibério, menino negro, na realidade privado de quase todas as possibilidades que constituiriam sua liberdade, vê em sua ação, em sua decisão tomada em favor do coletivo, na luta dos *aprisionados* (termo aqui usado simplesmente pela oposição estabelecida com “livres”) uma garantia de liberdade.

Ao fim do conto e deste trabalho, fica-nos a pergunta: Será que essa decisão do menino é mesmo uma garantia de liberdade? E arriscamo-nos no esboço de uma resposta: A luta dos aprisionados bem pode não ser a garantia direta de sua liberdade; mas sem ela essa liberdade só pode existir no campo ficcional – jamais como realidade.

## Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, sd. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 28 de jul. de 2010.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Cadernos negros: 30 anos de literatura em compasso de resistência. In: RIBEIRO, Esmeralda e BARBOSA, Márcia. org. **Cadernos negros três décadas: ensaios, poemas, contos**. Brasília: Sep pier, 2007, p. 57-67.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da Grécia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

JAMES, C. L. R. **Os jacobinos negros**: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos, trad. de Afonso Teixeira Filho, São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos de violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

MAESTRI, Mário. O braço pesado da escravidão rio-grandense. In: LIMA, Solimar Oliveira. **Triste pampa**: resistência e punições em fontes judiciais no Rio Grande do Sul (1818 - 1833). 2. ed. Passo Fundo: Universidade Federal de Passo Fundo, 2006. p. 5-10.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. **Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de**

**Maria Firmina dos Reis.** Dissertação de Mestrado, UFMG: Belo Horizonte, 2007.

PEREIRA, Célia Aparecida. Os donos das terras e das águas do mar. In: RIBEIRO, Esmeralda e BARBOSA, Márcia. org. **Cadernos negros três décadas:** ensaios, poemas, contos. Brasília: Seppier, 2007. p. 171-174.